



25 DE JULHO Dia Internacional da Mulher Negra
Latino Americana e Caribenha

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS DE SÃO PAULO



**POR NÓS, POR TODAS NÓS E PELO BEM VIVER!
EXIGIMOS O FIM DA NEGLIGÊNCIA E VIOLÊNCIA DO ESTADO!**

Neste 25 de julho, nós mulheres negras e indígenas estamos nas ruas com a força das nossas ancestrais e de milhares de lutadoras anônimas para gritar bem alto que seguimos em marcha.

No momento em que o Brasil atravessa uma grave crise política e econômica, com o desmantelamento de políticas públicas duramente conquistadas e desmandos por parte de governos elitistas e conservadores, nós negras de São Paulo voltamos às ruas. Celebramos o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e o Dia Nacional Tereza de Benguela, marcos da luta das mulheres negras em todo o Brasil e no Continente.

Somos o coletivo **Marcha das Mulheres Negras de São Paulo** que ajudou a construir a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, que levou a Brasília cerca de 50.000 mulheres em 2015. Em São Paulo, realizamos duas marchas vitoriosas e colocamos nas ruas mais de 5 mil mulheres negras no dia 25 de julho de 2016 e 2017, denunciando o racismo e o machismo, o retrocesso político e celebrando nossa força e nossa energia pela vida das mulheres negras, de todas as mulheres.

Nesta 3ª Marcha das Mulheres Negras de São Paulo apresentamos para toda a sociedade questões que nos afetam diretamente e que queremos ver enfrentadas por todas as pessoas que acreditam num novo projeto de país.

Reivindicamos o Bem Viver por acreditarmos em outras formas de gestão do coletivo e do individual. Ao exigir outra economia, sustentada nos princípios de solidariedade, reciprocidade, responsabilidade e integralidade, o Bem Viver nos inspira a criar alternativas às relações exploratórias do capitalismo.

Marchamos contra o racismo, o feminicídio, o machismo, o etnocídio, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia, o racismo religioso e todas as formas de violência e violação dos direitos humanos.

Voltamos às ruas para denunciar o genocídio da população negra em curso, pela violência da polícia do Estado e a “guerra às drogas”, que vem se efetivando como política de criminalização da juventude e não de enfrentamento efetivo ao narcotráfico.

No Brasil, vivemos um quadro de **guerra não declarada** que, de formas **extremamente violentas, restringe individual e coletivamente nosso direito à vida**. Pobreza, indigência, morte precoce, violência, violação de direitos, restrições à livre expressão sexual, incidência crescente de infecção por HIV/Aids e altas taxas de mortalidade, pedofilia, desemprego, exploração sexual infantil e invasão dos corpos, estão entre os **desafios enfrentados pelas mulheres negras, na maior parte das vezes em isolamento**.

Apesar da nossa luta cotidiana, somos a maioria das vítimas da violência doméstica e obstétrica e da mortalidade materna; somos maioria da população carcerária feminina e vemos aumentar de maneira assustadora a violência sofrida pelas travestis e transexuais negras que vivenciam múltiplas formas de discriminações. Fatos recentes evidenciam um acirramento da violência contra a população negra, onde as mulheres negras têm sido o alvo privilegiado de práticas perversas e assassinas.

Mulheres lésbicas seguem sendo vítimas de “estupros corretivos” e a eugenia - adotada historicamente no Brasil para controlar o crescimento populacional da comunidade negra e pobre - volta à cena política com a esterilização forçada e irreversível de Janaína Aparecida Quirino, que tem 36 anos e vive na cidade paulista de Mococa.

Ingriane Barbosa, negra, 30 anos, mãe de três filhos, foi mais uma vítima da criminalização do aborto, tema em debate no Supremo Tribunal Federal em audiência pública nos dias 3 a 6 de agosto. Um assunto que diz respeito às vidas de todas nós, pois somos também aquelas que mais morrem por aborto inseguro.

Assistimos também a grave violação dos direitos humanos com a Intervenção Militar que ocorre nas favelas do Rio de Janeiro. Foi neste contexto que vimos uma parlamentar eleita ser executada de forma sumária com o trabalhador Anderson Gomes. Marielle - negra, lésbica, parlamentar socialista, ex-moradora na favela da Maré e liderança destacada na defesa dos direitos humanos e denúncia do genocídio - foi assassinada porque ousou erguer a voz em favor de sua comunidade. Quatro meses depois do assassinato, é inaceitável não haver nenhum resultado que aponte os culpados.

Em São Paulo, seguimos também com a militarização das nossas vidas. A violência policial assassinou de maneira cruel Luana Barbosa, mulher negra, lésbica, na frente de seu filho. A família segue lutando no judiciário pela condenação dos assassinos.

As mães, companheiras, filhas, irmãs, mulheres vítimas diretas dos assassinatos de jovens assassinados pela polícia do Estado, além da dor da perda têm que arcar com todo o custo social dessa violência e continuam na sua dolorosa busca por justiça e contra a impunidade.

Outra questão cara às mulheres negras é o fato de assistirmos a cada dia o nosso direito à livre religiosidade ser atacado. Não só há terreiros sendo constantemente depredados, como tentam aprovar uma lei que proíbe o exercício pleno dos seus ritos de abate religioso, num total aviltamento à nossa cultura e religiosidade.

Por todo esse cenário de desmontes e negações de direitos estamos dizendo em alto e bom som que não vamos deixar que continuem nos aniquilando.

Repudiamos como o governo em suas diferentes esferas é negligente com as nossas vidas. O incêndio e desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida no Largo do Paissandu, no dia 1º de maio de 2018, mais uma vez revelou a falência da política de moradia na cidade. Até hoje há famílias acampadas nas ruas pela total negligência do Estado. Não podemos esquecer mais esse crime. As famílias merecem exercer o direito à moradia digna.

Não aceitamos o retrocesso dos nossos direitos duramente conquistados!

Os golpistas impõem uma reforma trabalhista que acaba com a CLT. Mesmo sendo a maioria das trabalhadoras informais, com dificuldade de acesso a benefícios trabalhistas, as mudanças nas leis de trabalho nos atingem porque quando todo mundo perde, nós negras e indígenas perdemos ainda mais.

Querem também acabar com o direito à aposentadoria e nos fazer trabalhar até morrer. O golpista Temer tentará votar a Reforma da Previdência e a velhice de negros e negras, já tão precária, estará em piores condições.

Além disso, querem desengavetar a redução da maioridade penal para aprisionar mais e mais nossos jovens, numa política de encarceramento que é parte do genocídio do nosso povo. Com a PEC 55, congelaram por 20 anos o investimento no SUS, onde 7 em cada 10 usuários são negras e negros. Tentam exterminar comunidades quilombolas e nações indígenas para tomar as terras para o agronegócio.

Não permitiremos nenhum retrocesso! Nenhum direito a menos!

Vamos ocupar todos os espaços nossos por direito!

Vamos garantir o direito de sermos livres e donas de nossos corpos, sem nenhuma interferência de fundamentalistas de qualquer natureza. Marchamos pela construção de um novo marco civilizatório que seja antirracista, anticapitalista e que contemple as mulheres negras de forma estrutural. Não há mudança real que não passe por nós, mulheres negras!

Vamos fazer valer nossa luta pelo Bem Viver, aclamado por mulheres negras de todo Brasil na Marcha de 2015.

Somos Dandara, Aqualtune, Tereza, Luiza Mahin, Carolinas, Chicas, Laudelinas, Samoas, Luanas, Cláudias, Katianes, Matheusas e Marieles.

Somos luta e resistência, e uma sobe e puxa a outra, na certeza de que quando uma negra avança, ninguém fica para trás!

**25 de julho: Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha
Dia de Tereza de Benguela**

Rumo ao Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos

Conheça nossa página no Facebook: @MMNSP